

Formação profissional:

Curso de atualização “Limitação de Avarias para Cadetes e Praças” (1986);
 Curso de atualização “Introdução aos Sistemas Digitais” (1989);
 Curso de atualização “Circuitos Integrados Analógicos” (1989);
 Curso de atualização “Tecnologias de Semicondutores” (1989);
 Curso de atualização “Microprocessadores I” (1989);
 Curso de aperfeiçoamento “Sensores e Direção de Tiro Artilharia” (1995);
 Estágio alunos EN-AEL “Equipamentos Comunicações e de Guerra Eletrónica” (1995);
 Curso de aperfeiçoamento “Limitação de Avarias para Oficiais” (1996);
 Curso de aperfeiçoamento “Limitação de Avarias para Comandantes, Imediatos e Chefes de Departamento Fragatas” (2000);
 Curso de aperfeiçoamento oficiais EN-AEL “Equipamentos Comunicações e de Guerra Eletrónica FFGH’s” (2000);
 Curso de aperfeiçoamento “Sistemas de Armas e Mísseis” (2001);
 Curso de aperfeiçoamento “Manutenção de Equipamentos Armas AS FFGH’s” (2001);
 Curso “Complete Project Management” (2008);
 Cursos “Microsoft Project 2007” (2009).

Experiência profissional:

Técnico de manutenção de equipamentos de comunicações a bordo do NRP “Augusto Castilho”, entre 1989 e 1990;
 Chefe dos Serviços de Armas e de Eletrotécnia a bordo do NRP “João Coutinho”, entre 1995 e 1999;
 Chefe do Departamento de Armas e Eletrónica a bordo do NRP “João Belo”, entre 199 e 2001;
 Chefe da Secção de Eletrotécnia, da Divisão de Mecânica e Eletrotécnia, do Departamento de Estudos, da Direção de Navios, entre 2003 e 2009;
 Representante da Marinha no NATO NNAG-MCG/6-SG/4 (Naval Armaments Group — Maritime Capability Group 6, Subgroup 4 — Electrical Power, Generation, Control, Distribution and Utilization) entre 2003 e 2009;
 Responsável pelas alterações efetuadas nas instalações de produção e distribuição de energia, com vista à instalação de novos equipamentos nos diversos navios da Esquadra, entre 2003 e 2009;
 Gestor do projeto das alterações efetuadas na instalação de produção e distribuição de energia dos NRP “ALM Gago Coutinho” e NRP “D. Carlos I”, no decurso da sua reconversão para navios hidrográficos, entre 2003 e 2006;
 Gestor, no que concerne à produção e distribuição de energia, do projeto de construção das UAM classe “Bolina”, entre 2005 e 2006;
 Gestor, no que concerne à produção e distribuição de energia, do projeto de construção das UAM classe “Vigilante”, entre 2007 e 2008;
 Responsável pelo projeto de substituição dos grupos eletrogéneos, e alterações na instalação de produção e distribuição de energia, na corveta NRP “Jacinto Cândido”, entre 2008 e 2009;
 Membro da Missão de Acompanhamento e Fiscalização do contrato de aquisição das Lanchas de Fiscalização Costeira, entre 2009 e 2012;
 Membro do júri, em representação do MDN, do concurso público para a alienação do ferry “Atlântida”, em 2014;
 Gestor de vários projetos na ex-DGAIED no âmbito dos meios navais, designadamente o contrato de aquisição dos submarinos e o contrato de aquisição do 1.º e 2.º Navios Patrulha Oceânicos;
 Membro da equipa da DGRDN de negociação do contrato de aquisição do 3.º e 4.º Navios Patrulha Oceânicos, entre 2014 e 2015;
 Técnico Superior na Divisão de Projetos, Indústria e Investigação e Desenvolvimento da Direção Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, desde março de 2012;

Louvores e condecorações:

Louvor atribuído pelo Comandante do NRP “Augusto Castilho” — 29AGO1990;
 Louvor coletivo atribuído pelo Comandante do NRP “João Coutinho” — 17OUT1996;
 Louvor coletivo atribuído pelo ALM CEMA — 22JUL1998;
 Louvor atribuído pelo Comandante do NRP “João Coutinho”, avogado pelo ALM CEMA — 28OUT1998;
 Louvor atribuído pelo Comandante do NRP “João Belo” — 07JAN2000;
 Louvor atribuído pelo CALM Diretor de Navios — 03NOV2008;
 Louvor atribuído por SEXA o Ministro da Defesa Nacional — 21JAN2015.
 Medalha de Mérito Militar, 2.ª Classe;
 Medalha da Defesa Nacional, 2.ª Classe;

Medalha da Cruz Naval, 3.ª Classe
 Medalha de Comportamento Exemplar — Prata;
 Medalha das Comissões de Serviços Especiais — Guinéa Nacional, 2.ª Classe — 07FEV2014.

208981973

Despacho n.º 11121/2015

O Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho, define a missão, atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN).

Por seu turno, a Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, estabeleceu a estrutura nuclear da DGRDN e as competências das respetivas unidades orgânicas, designadas direções de serviços, e fixou em dezasseis (16) o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e em uma (1) a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares;

Considerando que o lugar de Chefe da Divisão de Ensino e Qualificação (DEQ), criado por meu despacho de 25 de setembro de 2015, se encontra vago;

Considerando que, face às múltiplas competências atribuídas à DEQ, torna-se imprescindível e urgente assegurar o seu normal funcionamento;

Considerando que o licenciado Paulo Jorge da Silva Lopes Morais Branco preenche os requisitos legais e possui o perfil e a necessária experiência e aptidão técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo em apreço, conforme síntese curricular anexa:

I — Nomeio, em regime de substituição, o licenciado Paulo Jorge da Silva Lopes Morais Branco, no cargo de Chefe da Divisão de Ensino e Qualificação nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual, conjugados com o n.º 9 do artigo 21.º da mesma Lei.

2 — O ora nomeado fica autorizado, ao abrigo do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a optar pela remuneração que lhe é devida pela categoria de origem.

3 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a 01 de outubro de 2015.

29 de setembro de 2015. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*

Síntese curricular

Nome: Paulo Jorge da Silva Lopes Morais Branco
 Local e data de nascimento: Lisboa, 31 de julho de 1979
 I — Percurso Académico

Licenciado em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa (2003);
 Análise dos Regimes da Despesa Pública e de Contratação Pública pelo INA (2007)

Pós-Graduação de Especialização Jurídica na Administração Pública pelo INA (2008)

Curso de Liderança para Executivos na Escola de Fuzileiros (2011)

Curso de Auditoria da Qualidade e Sistemas de Gestão ISO 9001:2008 pela TÜV Akademie Rheinland (2011);

Programa Avançado de Gestão, especialização em Saúde pela Universidade Católica — Católica Lisboa School of Business and Economics (2012)

Pós-graduação Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito de Lisboa (2015)

II — Experiência Profissional

De agosto de 2008 até à data desempenhou as funções de Técnico Superior Jurista na Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade desempenhando as funções consultivas, de estudo, planeamento, programação e avaliação de métodos de natureza técnica que fundamentem e preparem a decisão, em especial no âmbito das políticas de educação e formação, à elaboração de propostas legislativas bem como a análise do impacto e acompanhamento da sua implementação.

Assessor Jurídico e Secretário do Conselho do Ensino Superior Militar (CESM) e contribuindo para:

— A proposta de criação do Instituto Universitário Militar, por integração do Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea;

— Promover a reorganização e gestão eficiente dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar, promovendo a articulação e relações de cooperação com universidades, institutos universitários e politécnicos, a nível nacional e internacional, bem como entre os Ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

— Acompanhar a avaliação e a acreditação do sistema de ensino superior público militar junto da Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e Fundação para a Ciência e Tecnologia;

— Promover a otimização dos recursos humanos e materiais no âmbito do sistema de ensino superior público militar, tendo em conta uma gestão eficiente e eficaz, através da promoção dos procedimentos concursais adequados;

— Elaboração dos estatutos e regulamentos dos estabelecimentos de ensino superior público militar;

— Propostas de criação e alteração de ciclos de estudos;

— Atos de acreditação ou de recusa de acreditação.

No âmbito do ensino superior militar acompanhou, ainda, a implementação do programa de intercâmbio entre jovens oficiais, comumente designado por “Erasmus Militar”, assegurando a representação nacional, em articulação com as instituições de ensino superior militares ou civis, nacionais ou estrangeiras.

Desenvolveu, também, estudos, propostas e pareceres técnicos sobre propostas relacionadas com as matérias do ensino e formação, designadamente, estrutura dos sistemas de ensino, estatutos e regulamentos dos estabelecimentos que os integram, áreas de formação e ciclos de estudo, assim como protocolos e convénios, nomeadamente a realização de Estudos de Sustentabilidade no âmbito do Ensino e Formação na Defesa Nacional e para os processos de reestruturação dos Estabelecimentos Militares de Ensino (Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto Pupilos do Exército), definindo estruturas organizacionais, modelos de financiamento e de controlo harmonizados com um modelo pedagógico de matriz militar.

Cooperou, ainda, no estudo, conceção e monitorização da implementação da política de formação e certificação de pessoas e entidades formadoras, bem como a regulamentação de profissões, no âmbito da defesa nacional, assegurando uma adequada harmonização e interligação com os sistemas e instituições nacionais e internacionais.

De agosto de 2006 a agosto de 2008 exerceu as funções de Técnico Superior Jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional sendo responsável pela instrução, análise e qualificação no âmbito dos processos de Deficientes das Forças Armadas, com especialização nas matérias relativas às patologias típicas do conflito armado e Stress Pós-traumático, bem como pela instrução, análise e qualificação no âmbito dos processos de acidentes de viação com veículos do Estado e das Forças Armadas, veículos únicos e em coluna militar.

Exerceu ainda as funções inerentes à instrução e análise dos processos administrativos e de contencioso administrativo em matérias relacionadas com as Forças Armadas, nomeadamente nas áreas de apoio aos Recursos Humanos, Ação Social da Defesa Nacional e ex-combatentes.

De agosto de 2005 a agosto de 2006 exerceu as funções de Secretário do Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar (CCESM) e Assessor Jurídico do Presidente do CCESM, Tenente-General Garcia Leandro, sendo responsável por:

— Prestar apoio técnico jurídico no âmbito do processo de fusão do Instituto Superior Naval de Guerra, Instituto de Altos Estudos Militares e Instituto de Altos Estudos da Força Aérea no atual Instituto de Estudos Superiores Militares;

— Promover a reorganização e gestão eficiente dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar, promovendo a articulação e relações de cooperação com universidades, institutos universitários e politécnicos, a nível nacional e internacional, bem como entre os Ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

— Promover a otimização dos recursos humanos e materiais no âmbito do sistema de ensino superior público militar, tendo em conta uma gestão eficiente e eficaz, através da promoção dos procedimentos concursais adequados;

— Elaboração dos estatutos e regulamentos dos estabelecimentos de ensino superior público militar;

— Propostas de criação e alteração de ciclos de estudos;

— Atos de acreditação ou de recusa de acreditação.

De fevereiro de 2004 a agosto de 2005 desempenhou as funções de Chefe de Secção de Justiça do Quartel-General da Brigada Aero-transportada Independente, como Oficial do Exército Português com a especialidade de Jurista, e em acumulação as funções de Assessor Jurídico do General Comandante do Quartel-General da Brigada Aero-transportada Independente, sendo responsável pelo apoio jurídico na tomada de decisões pelo comando e estado-maior do Quartel-General, e pelo controlo de 5 Secções de Justiça de nível regimental, bem como pela harmonização das matérias legais.

Desempenhou ainda a competência de análise e elaboração de pareceres jurídicos, em especial nas matérias de direito administrativo. Apoio

nas tomadas de decisão dos comandos das Unidades integradas na BAI, num total superior a 7.000 efetivos, o apoio jurídicos nas matérias de Recursos Humanos principalmente na preparação de missões humanitárias ou de manutenção de paz de âmbito NATO e Europeu, nomeadamente Kosovo, Bósnia e Timor-Leste, bem como a instrução, análise e decisão no âmbito dos processos disciplinares e de acidentes de viação com veículos das Forças Armadas em Forças Nacionais Destacadas.

III — Representações Institucionais e outras atividades

Representante na European initiative on the exchange of young officers, inspired by Erasmus no âmbito da Comissão Europeia — Colégio Europeu de Segurança e Defesa, para o Legal and Administrative Work Group;

Representante para a NATO School (Alemanha) e NATO Defense College (Itália);

Interlocutor nacional para a OSCE (Organization for Security and Co-operation in Europe) no âmbito das matérias do ensino e formação no âmbito da Defesa Nacional;

Membro da organização para o European Security and Defence Policy Seminar — Colégio Europeu de Segurança e Defesa, realizado em Portugal, de 7 a 11 de setembro de 2009;

Membro da organização para a 34.ª Reunião Chemical, Biological, Radioactive and Nuclear (CBRN) da NATO, realizada em Portugal maio de 2010;

Representante para os Conselhos Sectoriais para a Qualificação no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações, com o principal objetivo identificar, em permanência, as necessidades de atualização do Catálogo Nacional de Qualificações e colaborar com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) nos trabalhos conducentes a essa atualização e desenvolvimento.

Representante do Ministro da Defesa Nacional na Comissão Técnica para a Segurança Aquática

208981876

Despacho n.º 11122/2015

O Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho, define a missão, atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN).

Por seu turno, a Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, estabeleceu a estrutura nuclear da DGRDN e as competências das respetivas unidades orgânicas, designadas direções de serviços, e fixou em dezasseis (16) o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e em uma (1) a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares;

Considerando que o lugar de Chefe da Divisão de Planeamento e Programação (DPP), criado por meu despacho de 25 de setembro de 2015, se encontra vago;

Considerando que, face às múltiplas competências atribuídas à DPP, torna-se imprescindível e urgente assegurar o seu normal funcionamento;

Considerando que o Tenente Coronel Nuno Miguel Belo Quaresma preenche os requisitos legais e possui o perfil e a necessária experiência e aptidão técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo em apreço, conforme síntese curricular anexa:

1 — Nomeio, em regime de substituição, o Tenente Coronel Nuno Miguel Belo Quaresma, no cargo de Chefe da Divisão de Planeamento e Programação, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual, conjugados com o n.º 9 do artigo 21.º da mesma Lei.

2 — O ora nomeado fica autorizado, ao abrigo do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a optar pela remuneração que lhe é devida pela categoria de origem.

3 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a 01 de outubro de 2015.

29 de setembro de 2015. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

Síntese curricular

Nome: Nuno Miguel Belo Quaresma

Local e data de nascimento: Lisboa, 14 de outubro de 1970

I — Percurso académico

Mestrado integrado em Engenharia Militar pela Academia Militar

Curso de Promoção a Capitão de Engenharia do Exército Português

Curso de Promoção a Capitão de Engenharia do Exército dos EUA

Curso de Promoção a Oficial Superior no IAEM

Curso de Estado-Maior Exército no IESM

Curso de Estado-Maior Conjunto no IESM

Pós-Graduação em Estudos da Paz e da Guerra na Universidade Autónoma de Lisboa